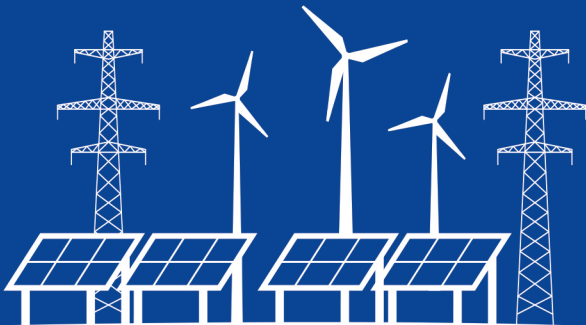




Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.393/0001-28

www.equatorialenergia.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 04"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1. Mensagem do Presidente. Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Tfo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPEs de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1,184 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R\$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. O investimento em 2023, atingiram a marca R\$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R\$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados.

2. Cenário. A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção,

montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Replicação, consistente na: Linha de Transmissão Igarorã III - Janaúba 3, em 500 kV, circuitos simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igarorã III e término na Subestação Janaúba 3; pela Linha de Transmissão Janaúba 3 - Presidente Juscelino, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 337 km, com origem na Subestação Janaúba 3 e término na Subestação Presidente Juscelino; pela SE Janaúba 3 500 kV. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 29 municípios dos estados de Minas Gerais e Bahia: Caetité, Candiba, Guanambi, Pindaí, Urandi, Augusto de Lima, Bocaiúva, Buenópolis, Catufi, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Sá, Glaucilândia, Gouveia, Janaúba, Joaquim Felício, Juramento, Mamonas, Mato Verde, Monjolos, Monte Azul, Montes Claros, Nova Porteira, Olhos-D'água, Pai Pedro, Porteira, Presidente Juscelino, Santo Hipólito e Guaraciama. Para o novo ciclo 2023-2024, a Receita Anual de Permissão (RAP) da Companhia é de R\$ 258,24 milhões (valores de julho/2023), atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL.

3. Andamento do Projeto. A SPE 04 está com todos os seus ativos em Operação desde 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras entraram em Operação Comercial em 2 etapas. O primeiro trecho entrou em operação com 05 de novembro de 2020, o que corresponde a 51% da RAP. O segundo trecho, não entrou em operação comercial nesta data por pendência sistêmica, mas iniciou o recebimento da RAP. Este segundo trecho entrou em Operação Comercial em 25 de novembro de 2021, completando 100% de ativos em Operação Comercial.

4. Investimentos. Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 4,20 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

5. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida. Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi

de R\$ 302,39 milhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2023, o total de custos e despesas foi de R\$ 15,2 milhões. **EBITDA.** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R\$ 287,31 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 93,03 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 37,39 milhões. **Benefícios Fiscais.** Em 18 de agosto de 2021, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 104/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2021 a 2030. **Lucro líquido.** Em 2023, a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 156,84 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 1,15 bilhão. As dívidas da SPE 04 têm um perfil confortável de vencimentos, com apenas 4,40% em curto prazo. **Relacionamento com auditores externos.** A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira e Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor, Ailton Costa Ferreira - Diretor, Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor, Cristiano de Lima Logrado - Diretor, Geovane Ximenes de Lima - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)									
Ativo	Nota	2023	2022		Passivo	Nota	2023	2022	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	144.958	154.681		Fornecedores	9	12.856	13.956	
Aplicações financeiras	6	166.395	46.879		Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		1.739	-	
Contas a receber de clientes		34.061	25.792		Empréstimos e financiamentos	10	50.559	47.931	
Serviços pedidos		1.458	655		Dividendos a pagar	14	11.539	9.962	
Impostos e contribuições a recuperar		131	126		Impostos e contribuições a recolher	11	3.779	3.125	
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		13.450	19.537		Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	12	10.923	9.602	
Adiantamento a fornecedores		86	1.404		Encargos setoriais		2.838	1.747	
Outras contas a receber		15.449	581		Outras contas a pagar		9.285	3.061	
Ativos de contrato	8	302.858	270.056		Total do passivo circulante		110.768	96.638	
Total do ativo circulante		678.846	519.711		Não circulante				
Não circulante					Empréstimos e financiamentos	10	1.099.662	1.095.618	
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		303	947		PIS e COFINS diferidos	12	242.127	223.248	
Intangível		1.280	1.335		Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	345.851	315.739	
Ativos de contrato	8	1.955.986	1.922.284		Outras contas a pagar		281	-	
Total do ativo não circulante		1.957.569	1.924.566		Total do passivo não circulante		1.687.921	1.634.605	
Total do ativo		2.636.415	2.444.277		Patrimônio líquido				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					Capital social	15.1	209.694	209.694	
					Reserva de lucros	15.2	628.032	503.340	
					Total do patrimônio líquido		837.726	713.034	
					Total do passivo e patrimônio líquido		2.636.415	2.444.277	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)									
Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total	
			Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	209.694	27.496	419.263	5.640	76.661	9.663	-	748.417	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	142.073	142.073	
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	6.079	-	-	-	-	(6.079)	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	20.496	-	-	(20.496)	-	
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(8.807)	-	-	-	-	(8.807)	
Constituição de reserva para investimento e expansão	-	-	-	-	24.649	-	(24.649)	-	
Dividendos adicionais distribuídos - 2021	-	-	-	-	-	(9.663)	(9.663)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(1.155)	(1.155)	
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(76.661)	-	(81.170)	(157.831)	
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	8.524	(8.524)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	209.694	33.575	410.456	26.136	24.649	8.524	-	713.034	
Dividendos adicionais distribuídos - 2022	15.2.e)	-	-	-	-	(8.524)	-	(8.524)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	156.840	156.840	
Destinação do lucro	15.2.b)	-	-	-	-	-	(6.452)	-	
Reserva legal	15.2.a)	-	6.452	-	-	-	(27.795)	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	27.795	-	-	(1.226)	(1.226)	
Dividendos mínimos obrigatórios	15.3	-	-	-	-	-	(12.085)	(12.085)	
Dividendos intermediários pagos	15.2.e)	-	-	-	-	53.841	(53.841)	-	
Dividendos adicionais propostos	15.2.c)	-	-	-	-	-	-	(10.313)	
Realização da reserva de lucros a realizar	15.2.d)	-	-	(10.313)	-	-	(55.441)	-	
Constituição da reserva de investimentos e expansão	-	-	-	-	55.441	-	(55.441)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	209.694	40.027	400.143	53.931	80.090	53.841	-	837.726	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.									

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)			2023	2022
Receitas				
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura		-	24.529	
Receita de remuneração de ativo de contrato		329.955	319.119	
Receita de operação e manutenção		21.213	16.302	
Outras receitas operacionais		3	-	
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		351.171	359.950	
Custos de construção		-	(1.354)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(10.147)	(7549)	
Ativos de contrato - perda de realização		-	(15.087)	
Valor adicionado bruto		(10.147)	(23.990)	
Amortização		341.024	335.960	
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		(55)	(46)	
Valor adicionado recebido em transferência		349.969	335.914	
Receitas financeiras		33.606	31.941	
Valor adicionado total a distribuir		33.606	31.941	
Distribuição do valor adicionado		374.575	367.855	
Empregações				
Remuneração direta		1.072	4.932	
Benefícios		1.086	-	
FGTs		592	-	
		2.750	4.932	
Tributos Federais		89.882	91.843	
Estaduais		-	58	
		89.882	91.901	
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros		113.081	125.278	
Aluguéis		30	80	
Outros		11.992	3.591	
		125.103	128.949	
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos		67.152	90.849	
Lucro retidos		89.888	51.224	
		156.840	142.073	
Valor adicionado		374.575	367.855	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., companhia do grupo Equatorial Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Replicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão (LT) Igarorã III - Janaúba 3, em 500 kV, circuitos simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igarorã III e término na Subestação Janaúba 3; (b) LT Janaúba 3 - Presidente

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)			2023	2022
Lucro líquido do exercício			156.840	142.073
Total de outros resultados abrangentes			156.840	142.073
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

Juscelino, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 337 km, com origem na Subestação Janaúba 3 e término na Subestação Presidente Juscelino⁽¹⁾; e (c) Subestação 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500kV - parte 1)⁽²⁾. ⁽¹⁾ Não auditado. **1.1. Contrato de concessão:** O Contrato de Concessão nº 12/2017 assinado entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1598/2020, com validade até 25 de novembro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP/07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2024.

2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 2.4.1. Julgamentos sobre premissas e estimativas: Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 11	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 16	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção. Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros	3.7 e 19	

2.4.2. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensu-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2023	2022	
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	16	15.775	33.509	
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	16	286.611	276.527	
Receita operacional líquida		302.386	310.036	
Custo dos serviços prestados	17	(11.921)	(25.042)	
Lucro bruto		290.465	284.994	
Despesas gerais e administrativas	17	(3.360)	(2.559)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		153	(53)	
Total de despesas operacionais		(3.207)	(2.612)	
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		287.258	282.382	
Receitas financeiras	18	32.403	30.456	
Despesas financeiras	18	(125.073)	(128.869)	
Resultado financeiro		(93.030)	(98.413)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		194.228	183.969	
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	(7.276)	(6.131)	
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	(30.112)	(35.765)	
Impostos sobre o lucro		(37.388)	(41.896)	
Lucro líquido do exercício		156.840	142.073	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			2023	2022
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022				
(Em milhares de Reais)				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício			156.840	142.073
Ajuste para:				
Amortização do intangível			55	46
Margem da receita de construção			-	(8.088)
Remuneração dos ativos de contrato			(329.955)	(319.119)
Receita de operação e manutenção			(21.213)	(16.302)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas			113.081	125.278
Rendimentos de aplicações financeiras			(33.598)	(31.930)
PIS e COFINS diferidos			20.200	21.314
Imposto de renda e contribuição social (corrente)			7.276	6.131
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)			30.112	35.765
			(57.202)	(44.832)
Variações em:				
Contas a receber de clientes			276.395	264.269
Impostos e contribuições a recuperar			(5)	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar			7.407	(5.227)
Ativos de contrato			-	(1.354)
Adiantamento a fornecedores			1.318	(1.404)
Outros ativos circulantes			(15.671)	130
Fornecedores			(1.100)	(2.706)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento			1.739	-
Impostos e contribuições a recolher			654	(444)
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher			(38)	(169)
Encargos setoriais			1.091	717
Outras contas a pagar			6.505	330
Caixa proveniente das atividades operacionais			278.295	254.142
Juros pagos de empréstimos e financiamentos			(59.865)	(24.963)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(7.918)	(5.555)

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.393/0001-28

Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2. Ativos de contrato:** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários a medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de remuneração RAP, durante toda a vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permissão (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. À medida que as obrigações de performance são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segurar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, a medida que os serviços são prestados. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4. Subvenções e assistências governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.4.1. Benefícios fiscais: SUDENE.** Adicionalmente, em 18 de agosto de 2021, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 104/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 4 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2021 até o ano de 2030. **3.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICP 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.5.1. Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Prestar liquidação o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.5.2. Imposto de renda e contribuição social diferido:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.6. PIS e COFINS diferidos:** Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração de ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação. **3.7. Instrumentos financeiros:** **3.7.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.7.2. Classificação e mensuração subsequente: (a) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alijado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou as datas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido no modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos); e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualifiquem para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos

fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.7.3. Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.7.4. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8. Capital social: 3.8.1. Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquido de impostos. **3.9. Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICP 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº 6.404/76. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, sendo sendo realizada com dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.10. Principais mudanças nas políticas contábeis: 3.10.1. Novas normas, alterações e interpretações:** O CPC emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas Impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e reificação de erro; CPC 25 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01/01/2023 (ajuste CPC 47, aplicação imediata)	01/03/2022	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto relevante nas políticas contábeis

3.10.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas Impactadas	Data de Correlação IASB	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB 01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A
4. Assuntos regulatórios: A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que define Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a Receita Anual de Permissão (RAP) da Companhia é de R\$ 258.238, homologado pela REH nº 3.216/2023. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória nº 3.050/2022 (vigente) a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,43% a RAP. A Companhia tem prazo de duração de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. 5. Caixa e equivalentes de caixa:			

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	8.554	8.398
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos	120.551	146.283
Fundo de Investimento		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	15.487	–
Certificado de Depósito Bancário – CDB	366	–
Operações Compromissadas	–	–
Subtotal de equivalentes de caixa	136.404	146.283
Total	144.958	154.681

(a) Referem a Fundos de Investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 103,36% a.a. do CDI (103,54% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022). **6. Aplicações financeiras:**

	2023	2022
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de Fundos de Investimento	125.058	15.196
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	46	–
Títulos Públicos (c)	8.607	–
Letra Financeira	1.793	–
Recursos vinculados	130.891	31.683
Total	166.395	46.879

(a) Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos exclusivos que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL); (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo gerido pela *Vinci Partners*, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial; conforme descrito na nota explicativa nº 9 - Fornecedores; e (c) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,43% a.a. do CDI (100,00% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022). **7. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2023	Efeito no resultado receita (despesas)	2022	Efeito no resultado receita (despesas)
Empresas	Nota	Ativo (Passivo)		Ativo (Passivo)	
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	252	–	248	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	457	–	425	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	188	–	195	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	162	–	164	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	524	–	437	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	35	–	36	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	477	–	429	–
Total		2.095	–	1.934	–
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	243	662	3	3
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	460	923	4	4
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	101	277	1	1
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	169	462	2	2
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	138	377	2	2
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	19	51	–	–
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	1.118	260	–	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	1.100	255	–	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	1.634	380	–	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	1.211	281	–	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	1.361	315	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	1.437	333	–	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	1.886	437	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	1.794	416	–	–
Total		12.671	5.429	12	12
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	(4)	(14)	(2)	(12)
Instituto Equatorial	(f)	(800)	(800)	(655)	(655)
Total		(804)	(814)	(657)	(667)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(217)	(725)	(190)	(760)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(26)	(285)	(57)	(264)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(24)	(135)	(52)	(109)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(22)	(89)	(22)	(95)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(21)	(102)	(1)	(1)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(7)	(22)	(3)	(3)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	–	(2)	–	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	–	(1)	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	(1)	–	–	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	–	(1)	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	(2)	(4)	–	–
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	–	–	–	(3.708)
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(d)	(3.290)	(11.554)	(2.353)	(2.353)
Total		(3.610)	(12.921)	(2.678)	(7.293)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	(11.539)	–	(9.962)	–
Total		(11.539)	–	(9.962)	–

(a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021; (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; (d) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (e) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa nº 14 Dividendos a pagar; e (f) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa. **7.1. Remuneração de pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A. e compartilhadas para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 797 (R\$ 488 em 31 de dezembro de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. **8. Ativos de contrato:** Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

Ativos de contrato em serviço	2.192.340	21.213	329.955	(284.664)	2.258.844
Total	2.192.340	21.213	329.955	(284.664)	2.258.844
Circulante	270.056				302.858
Não Circulante	1.922.284				1.955.986

	2021	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	Perda de realização	2022
Ativos de contrato em serviço	2.106.498	40.831	319.119	(259.021)	(15.087)	2.192.340
Total	2.106.498	40.831	319.119	(259.021)	(15.087)	2.192.340
Circulante	306.773					270.056
Não Circulante	1.799.725					1.922.284

(a) O saldo decorre da contrapartida de Receita de manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme

</

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.393/0001-28

capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 10 – empréstimos e financiamentos. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e pagamentos de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(f) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

2023							
	Valor	Fluxo de caixa	2 meses	Mais que 5			
	contábil	contratual total	ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários							
com garantia	1.150.221	2.481.431	17.593	91.410	111.499	348.751	1.912.178
Fornecedores	12.856	12.856	12.856	–	–	–	–
Total	1.163.077	2.494.287	30.449	91.410	111.499	348.751	1.912.178

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 – Empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia. **c) Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. A seguir é apresentado, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.** Brasília - Distrito Federal. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	302.799	333.200	340.800	348.401	325.600	318.000
Impacto no resultado				7.600	15.201	(7.600)	(15.201)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(1.152.137)	(1.224.952)	(1.243.156)	(1.261.360)	(1.206.748)	(1.188.545)
Total de passivos financeiros		(1.152.137)	(1.224.952)	(1.243.156)	(1.261.360)	(1.206.748)	(1.188.545)
Impacto no resultado				(18.204)	(36.408)	18.204	36.408
Efeito líquido no resultado				(10.604)	(21.207)	10.604	21.207
Referência para ativos e passivos financeiros							
CDI (% 12 meses)		Taxa projetada 31/12/2023		+25%	+50%	-25%	-50%
IPCA (%12 meses)		10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
		6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3.
d) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento: Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.
e) Riscos regulatórios e operacionais: Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia. **f) Riscos ambientais:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos; • Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contulio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executoras de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de obras, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte. **g) Gestão do capital:** política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. A Companhia entende que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo. **20. Demonstração dos fluxos de caixa: 20.1. Transações que não afetam caixa:** O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Ffeito não caixa
Atividade de financiamento	
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos	8.524
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	1.226
Constituição de dividendos intermediários	12.085
Dividendos da reserva de lucros a realizar	10.313
Total	32.148

20.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	1.143.549	(46.544)	(59.865)	113.081	1.150.221
Dividendos a pagar	9.962	(30.571)	–	32.148	11.539
	1.153.511	(77.115)	(59.865)	145.229	1.161.760

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos dos dividendos constituídos, das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e dividendos a pagar no final do exercício. **21. Eventos subsequentes: Distribuição de dividendos adicionais:** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 53.841, decorrentes do resultado do exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Augusto Miranda da Paz Júnior	Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima	José Silva Sobral Neto	
DIRETORIA EXECUTIVA			
Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente			
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Financeiro / Relação com os Investidores			
Cristiano de Lima Logrado - Diretor	Aliton Costa Ferreira - Diretor	Waldénio Pereira de Oliveira - Diretor	
Geovane Ximenes de Lira - Superintendente - Contador - CRC PE 012996-O-3 S-DF			

estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do **Jornal de
Brasília** ou acesse o link:
jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

